

OLIVEIRA, Carlos Prada de

*Pastorais dos Bispos de Miranda do Douro e Bragança*

Bragança: Câmara Municipal, 2011. 254 p.

HUGO RIBEIRO DA SILVA

A obra que aqui se apresenta constitui uma coletânea de 142 documentos (sobretudo cartas pastorais) produzidos pelos bispos e cabido sede-vacante dos bispados de Miranda (1545-1780) e Bragança (1770-1780). Contudo, o texto mais antigo aqui publicado data de 1616, já que para o período anterior se terão perdido os documentos desta natureza. Como o próprio autor refere na introdução, “não se trata de um trabalho de síntese ou reflexão, apenas de uma compilação e transcrição de um conjunto de documentos na sua maioria inéditos e originários de espólios disseminados por diversos arquivos, que esperamos possa contribuir, por um lado, para colmatar a lacuna existente no domínio deste tipo de fontes, não existe qualquer publicação de vulto ou sistemática de documentação respeitante a este universo eclesiástico, e por outro, para ajudar à preservação do património documental nos nossos arquivos” (p. 14). Ora é precisamente o facto de ser objeto e objetivo principal desta obra a publicação de fontes que merece esta nota de leitura. O trabalho do autor é, parece-me, meritório e merece ser divulgado. Os documentos que transcreve encontram-se não só dispersos por diversos arquivos – distrital, diocesano e paroquiais –, mas também por diversos livros, em particular de visitas e da câmara eclesiástica. Aliás, o autor não só indica o livro onde se localiza o documento que transcreveu, como enumera outros livros onde é possível encontrar cópias. A multiplicidade de cópias facilmente se compreende, já que, pela sua natureza, estas cartas pastorais eram dirigidas a toda a diocese, chegando exemplares, manuscritos ou impressos, às diversas paróquias. Além disso, o autor teve o cuidado de indicar as referências bibliográficas onde alguns dos documentos foram já publicados ou simplesmente citados. Outra das mais-valias deste trabalho é o conjunto de índices que apresenta: de documentos, antroponímico, toponímico e de assuntos.

Embora este livro não conte com um estudo introdutório, apresenta um breve posfácio da autoria de António Menezes Cordeiro, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa. Teria, talvez, sido mais útil que este texto final surgisse no início do livro, já que, mesmo que de forma lacunar, permite contextualizar os documentos e apontar caminhos de investigação. E, na verdade, as potencialidades desta documentação são significativas para o estudo não só da história da Igreja pós-tridentina, como da história social e política do período moderno. Estes documentos não interessam apenas a quem quiser estudar as dioceses transmontanas, cuja história ainda é tão mal conhecida, mas também a quem se dedicar à investigação de diversas problemáticas da história sócio-religiosa do Portugal moderno. Sem pretender ser exaustivo, destacaria alguns dos problemas que ocuparam os prelados e cabidos de Miranda e Bragança e que, por sua vez, são reflexo das preocupações da Igreja deste período. Desde logo, a ação pastoral dos prelados, nomeadamente a que decorreu da aplicação dos decretos tridentinos no que diz respeito ao clero e aos fiéis: administração dos sacramentos; formação e disciplinamento do clero; cerimonial; catequização; comportamento no interior dos templos. Além disso, estas pastorais permitem

observar as relações entre o centro político e a diocese, incluindo as questões que originaram alguns conflitos entre a Coroa e a Igreja. Não raras vezes, a Coroa soube utilizar a malha paroquial para proceder à comunicação política. Muitas destas cartas dos prelados dirigidas aos fiéis serviam para informar acontecimentos relacionados com a família real, como o nascimento, casamento ou morte de membros da família real, que deveriam ser celebrados localmente através de missas e/ou procissões. Estudos no âmbito de práticas socioculturais diversas podem encontrar aqui informação de interesse: proibição do uso de ervas venenosas nas pescarias; proteção dos pombos; combate às superstições; regras sobre o trabalho em dias santos; normas sobre a purgação e bênção de mulheres após o parto; atribuição de bolsas a estudantes e professores; festividades locais; controlo das confrarias pelos prelados.

Aqueles que conhecem este tipo de documentação, e que até a utilizaram já nas suas investigações, facilmente perceberão o interesse desta obra. Espera-se que, de futuro, dela agora tiremos o maior proveito, fazendo assim valer a pena o trabalho minucioso do seu autor.

*CISTER, os Templários e a Ordem de Cristo.*

*Atas do I Colóquio Internacional*

Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, Associação Portuguesa de Cister, 2012

M A R I A I S A B E L R O D R I G U E S F E R R E I R A

O volume inicia-se com uma nota dos editores à qual se segue a apresentação, a cargo de José Albuquerque Carreiras, do evento científico que está na sua génese e que decorreu entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro de 2011.

A primeira comunicação, **Cister, os Templários e a Ordem de Cristo**, por José Albuquerque Carreiras, do Instituto Politécnico de Tomar e da Associação Portuguesa de Cister, faz um resumo histórico que vai desde a origem da Ordem do Templo até à problemática do processo de extinção da milícia levado a efeito por Filipe IV de França. A par destas vicissitudes salientam-se os esforços dos reis peninsulares para conservar o património da Ordem. Jaime II rei de Aragão e Valência e D. Dinis rei de Portugal, através de uma hábil diplomacia levaram à criação das ordens militares de Montesa em Aragão e de Nosso Senhor Jesus Cristo em Portugal. Todas ficaram sob a dependência de Calatrava e no caso da milícia portuguesa fica bem explícito logo na sua bula de fundação, a ligação a Cister. Laços ostentados com a adoção da cruz vermelha da Ordem do Templo, símbolo claro da sua herança. A ordem portuguesa foi confirmada no Capítulo Geral de Cister em 1320, para o que contou o processo de expansão dos reinos cristãos peninsulares no século XIII e a importância política dos netos de Jaime I, o Conquistador: Jaime II, rei de Aragão; Filipe IV, rei de França e de Navarra; Isabel de Aragão, rainha de Portugal. Em forma de conclusão o autor detém-se no esplendor alcançado pela ordem cisterciense, do qual